

MOVIMENTOS CONTRA REGULATÓRIOS NA DEFESA DA QUALIDADE SOCIAL: A ESCOLA PÚBLICA RESISTE

Coordenação: Regiane Helena Bertagna¹ (Unesp/Rio Claro/SP)

Participantes: Mara Regina Lemes De Sordi (Unicamp/SP)

Maria Simone Ferraz Pereira (UFU/MG)

Claudia Pereira de Pádua Sabia (Unesp/Marília/SP)

Estela M. I. E. F. da Costa (Universidade de Lisboa/PT)

Palavras-chave: Política educacional; Qualidade social; Avaliação; Contra regulação; Escola pública.

Este simpósio se articula em torno das tensões entre políticas educacionais regidas pelos interesses econômicos e aquelas que se apresentam como reações propositivas ao desmonte da escola pública assumidas como movimentos de contra regulação. Os textos problematizam as reverberações das políticas neoliberais na realidade das escolas e na vida social e numa postura de denúncia-anúncio evidenciam a necessidade de leitura crítica dos aspectos macro da realidade e as formas de resistência acionadas pelos coletivos na micropolítica escolar.

O texto **“A escola pública na “encruzilhada”: entre a lógica do mercado e a defesa da qualidade social”**, abre a reflexão destacando como políticas neoliberais impulsionadas pela crise do capitalismo nos anos 70, 80, 90 têm efetuado reformas que relegam o Estado a um papel secundário enquanto o mercado ocupa o centro das decisões políticas e econômicas. Essa redefinição do papel do Estado, nas análises de Freitas (2018) sobre a reforma empresarial na educação, é fulcral à compreensão do desmonte da educação pública e para a implementação de políticas de avaliação externa que tem regulado a qualidade da escola pública. Neste contexto, políticas educacionais elaboradas visam adaptar a escola pública aos moldes da iniciativa privada, com foco na eficiência, na produtividade, na mensuração e na competitividade. A avaliação externa, em larga escala, torna-se um instrumento central de regulação das escolas e do trabalho desenvolvido em seu interior. Ao medir e controlar a educação, quase sempre se limita e padroniza a organização do trabalho pedagógico das escolas e reduz sua qualidade a indicadores quantitativos de desempenho. Essa lógica empresarial, com ênfase na competição e na busca por resultados quantificáveis, desconsidera a complexidade do processo educativo e a importância da formação humana integral. Sob essa lógica, as escolas públicas, são pressionadas a apresentar resultados de sua eficiência e eficácia, sendo responsabilizadas pelos resultados definidos nos indicadores quantitativos, acarretando a diminuição de investimentos ou desvalorização dos profissionais ou da escola, tal como na lógica do mercado. A escola pública, assim, corre o risco de se transformar em uma empresa, com foco na produção de "produtos" (alunos) eficientes para o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação humana integral. Este contexto coloca a educação pública numa encruzilhada que envolve tomada de posição eticamente esclarecida.

O texto **“Desafios e tensões para a qualidade social: o Projeto de Lei 2.614/2024 e o documento da Conferência Nacional de Educação – CONAE/2024”** subsidia releitura crítica das políticas. Por meio de análise documental com foco no Projeto de Lei 2.614/2024 identifica-se no documento final CONAE, (2024, p.145) que a proposição 851 trata especificamente da qualidade social da educação “[...] A conceituação de qualidade social da educação está intimamente vinculada à concepção de educação e de formação humana emancipatória, crítica e para a cidadania [...]”. O documento reflete o acúmulo de debates

¹. E-mail: regiane.bertagna@unesp.br

ocorrido nas últimas décadas de conferências de educação e representa avanço em direção a efetivação do direito à educação. No entanto, as disputas em torno das finalidades de educação e do significado de qualidade permanecem nebulosas no referido documento e no PL 2614/2024 apresentado pelo Poder Executivo para aprovação do novo P N E . O PL apresenta 18 objetivos, desmembrados em metas e estratégias de forma sintética e a palavra qualidade aparece poucas vezes sem menção a palavra “social”. Em que pesem os avanços remanescem desafios e tensões, em trechos do documento o significado de qualidade aparece atrelado ao desempenho dos alunos obtidos nas provas de larga escala e seus indicadores. O texto desvela a ideia de qualidade numa perspectiva quantitativa e técnica e de avaliação de forma mensurável e unidimensional. Dessa forma tem-se que o PL 2614/2024 ressignifica a qualidade social da educação expressa no documento da CONAE 2024, restringindo a perspectiva da formação humana à aprendizagem de conteúdos da Base Nacional Comum Curricular.

Deriva daí, a necessária insurgência das forças progressistas da escola/sociedade para defesa da qualidade social da escola pública e os autores elegem a avaliação como categoria estratégica para enfrentar a agenda dos reformadores empresariais da educação, pautada em práticas gerencialistas e na responsabilização vertical dos atores escolares pelos baixos índices educacionais.

Nesse cenário, o texto **“A construção de caminhos para a qualidade social: a tessitura de novos amanhã”**, baseia-se em resultados de pesquisas focados nas escolas brasileiras e portuguesas, nas quais a pesquisa colaborativa produz novos sentidos e interpelações ao cotidiano fundamentais para a tessitura de novos amanhã. O recorte deste texto é o trabalho com escolas da rede municipal de ensino de São Paulo² e atualiza o debate sobre a formação humana integral tomando-a como referência para uma avaliação da qualidade da escola socialmente pertinente e de cunho contra regulatório (Caldart, 2023). Intenciona uma concepção alternativa de qualidade e de avaliação concebidas pelos coletivos escolares como balizamentos para o trabalho da escola, referenciados numa matriz multidimensional de qualidade social (Bertagna et al, 2020, Sordi, 2022). Por meio de rodas de conversa com profissionais das escolas e da universidade, focadas nos objetivos formativos e sociais intencionalizados, foram sistematizados 8 construtos da qualidade social tomados como pilares para engendrar novo raciocínio autoavaliativo norteador do trabalho pedagógico referenciado na qualidade social. Reconhecidos os atravessamentos políticos e ideológicos que caracterizam o campo da regulação da qualidade das escolas, as evidências empíricas revelam avanços na auto-organização dos coletivos reafirmando o compromisso com a participação, fortalecendo a democracia, a justiça social e o direito humano à educação.

O texto **“Qualidade social na escola pública: revelações dos estudantes”** destaca a contribuição dos estudantes do 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental da escola pública municipal paulista no adensamento dos indicadores de qualidade social, revelando percepções sobre a temática³ com a perspectiva de, juntamente com a escola pública, refletir e elaborar propostas (e enfrentamentos) relacionados à qualidade social e a avaliação educacional sustentados por processos participativos e fortalecer a luta pelo direito humano a educação. Os estudantes corroboram com os indicadores: participação, relações interpessoais, acesso e permanência, conhecimentos e, como proposição, a referência ao indicador infraestrutura, ao qual fortemente destacaram como evidência do conceito de qualidade. A ideia de qualidade social, inconclusa e construída em conjunto com os estudantes implica outra visão de currículo e de organização escolar que, posto em ação, contestam as fronteiras artificiais entre: a escola e a vida, a educação humana e a educação mercadoria, os sujeitos históricos/sociais e os sujeitos clientes/consumidores, entre outros que escancaram os fins/objetivos educacionais distanciados da formação humana crítica e emancipadora que almejamos.

² Pesquisa financiada pela FAPESP 2022/06891-3.

³ Pesquisa financiada pela FAPESP 2022/06861-7.

O simpósio corrobora a importância de uma rede colaborativa entre pesquisadores da escola e da universidade como estratégia potente para o enfrentamento dos desafios que constroem a qualidade social e que requerem construção coautoral que se organize a partir de um raciocínio avaliativo multidimensional, indissociável da matriz formativa da escola e que considere as condições objetivas de trabalho existentes. Argumenta sobre o engajamento ativo dos profissionais da educação na implementação de um processo de trabalho pedagógico atento aos desafios da atualidade e de cunho não conformista aos interesses mercadológicos oferecendo alternativas corajosas e viáveis tecendo, na luta, outros amanhã.

Alianças são fundamentais para sustentabilidade do direito humano à educação frente aos mecanismos e estratégias que a lógica mercadológica amplificada pela plataforma digital impõe à realidade das escolas.

A luta pela qualidade social da educação conclama a participação de todos os sujeitos comprometidos com a defesa da escola pública, gratuita, laica a se manterem vigilantes, atentos, unidos, pois...

“vamos precisar de todo mundo...
um mais um é sempre mais que dois...
pra melhor juntar as nossas forças”
(Beto Guedes, 1981)

Referencias

BERTAGNA, R. H. et al. Avaliação da qualidade social da escola pública: delineamentos de uma proposta referenciada na formação humana. *POLEd - Políticas educativas*, [S.L.], v. 13, p. 63-86, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Projeto de Lei nº 2614/2024*. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília, 2024.

CALDART, R. S. *Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

CONAE. *Documento Final da Conferência Nacional de Educação*. Fórum Nacional de Educação. Brasília, DF, 2024.

FREITAS, L. C. *Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SORDI, M.R.L. (org.) *Desafiando a Hegemonia do Campo da Avaliação da Qualidade das Escolas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.